

PROJETO DE LEI Nº EM-138/2008

Autoriza o Poder Executivo a dar em pagamento, imóveis de propriedade do Município, à Indústria e Mecânica Barrefar Ltda., e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em pagamento à Empresa Indústria e Mecânica Barrefar Ltda, CNPJ Nº 20.157.061/0001-74, a título de permuta decorrente de execução de serviços de obras de infra-estrutura nas vias do Centro Industrial Coronel Jovelino Rabelo, imóveis de propriedade do Município, constituídos pelos lotes nºs: 834, quadra 075, zona 031, com área de 5.384,15m2, (cinco mil, trezentos e oitenta e quatro metros e quinze centímetros quadrados) e lote 844, quadra 075, zona 031, com área de 3.000,00m2 (três mil metros quadrados), situados à Rua Prefeito Antônio Martins Guimarães, perfazendo um total de 8.384,15m2, (oito mil, trezentos e oitenta e quatro metros e quinze centímetros quadrados), no Centro Industrial Coronel Jovelino Rabelo, em Divinópolis, havidos das matrículas de nºs 90.008 e 90.009, do livro 02, do Cartório de Registro de Imóveis local.

§ 1º Os imóveis objetos desta dação em pagamento se destinam à implantação da sede da Empresa Indústria Mecânica Barrefar Ltda, com a atividade de fabricação de equipamentos para ferrovias, siderúrgicas de aço e ferro fundido, mineradoras, exportação de equipamentos ferroviários a partir do próximo ano.

§ 2º Os imóveis foram previamente avaliados pela Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, em R\$ 6,00 (seis reais), o metro quadrado, totalizando R\$50.304,90 (cinquenta mil, trezentos e quatro reais e noventa centavos).

Art. 2º A dação em pagamento de que trata o art. 1º, se efetivará através de decreto municipal após o cumprimento por parte da empresa da obrigação de efetivar obras de infraestrutura, cujo valor será limitado a avaliação do imóvel descrito no parágrafo 2º do art. 1º.

Parágrafo único. A execução será comprovada através de documento fiscal idôneo e de Termo de Recebimento de Obra emitido pelo órgão responsável indicado pelo Município.

Art. 3º A Empresa, nos prazos especificados, que correrão após a publicação do decreto efetivando a presente dação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio municipal nos termos do parágrafo único do art. 5º, cumprirá, ainda, as seguintes obrigações:

I - promover o cercamento do lote, objeto desta dação, e a construção de passeio em sua frente, no prazo de 60 (sessenta) dias;

II – apresentar a documentação, com protocolo de entrega, para o devido licenciamento ambiental, no prazo de 90 (noventa) dias;

III – concluir a edificação e efetivamente iniciar as operações industriais previstas no Parágrafo 1º do Art. 1º no prazo máximo de 02 (dois) anos.

IV – arcar com todos os ônus referentes a outras benfeitorias ou obras de infraestrutura necessárias à implantação ou expansão da empresa, inclusive quanto ao fornecimento de água e energia acima da capacidade instalada no local.

V - promover as compensações ambientais dos processos de licenciamento ambiental, previstas na Lei 4.280/97 e arcar com os encargos do processo de alienação de imóveis previstos pela Lei 3.686/94.

Parágrafo único. A alteração da atividade ou finalidade da empresa e/ou a transferência de direitos ou propriedade do imóvel, somente poderá ser realizada com anuência e aprovação prévia do Município, sujeita, em qualquer hipótese, à demonstração de atendimento ao interesse público.

Art. 4º Consiste em obrigação do Município, dar em pagamento, a título de indenização pelos serviços executados, o imóvel descrito no art. 1º desta Lei.

Art. 5º O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições dessa Lei, bem como no caso de extinção ou qualquer outra forma de cessação das atividades ou finalidades da Empresa, dentro dos prazos nela estipulados, acarretará a imediata reversão ao Município.

Parágrafo único. A reversão dar-se-á de pleno direito, independente de interpelação judicial ou qualquer ajuizamento de ação, e não dependerá de ulterior deliberação legislativa, concretizando-se por notificação unilateral do Município ao Cartório de Registro

de Imóveis local, não cabendo, nesse caso, indenização pelas benfeitorias incorporadas ao imóvel ou obras já realizadas.

Art. 6º A Empresa compromete-se a lavrar a Escritura Pública de Dação em Pagamento no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação do decreto efetivando esta dação, fazendo constar a presente Lei em todos os seus expressos termos, e fica ciente de que constará do Registro Imobiliário o gravame dos ônus aqui pactuados até sua definitiva quitação, que ocorrerá através de Carta de Liberação a ser firmada pelo Município.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente dação em pagamento correrão às expensas da Empresa.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 04 de novembro de 2008.

Demetrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal

Ofício EM Nº / 157 /2008
Em 04 de novembro de 2008

Excelentíssimo Senhor
Marcos Vinícius Alves da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis

Excelentíssimo Senhor Presidente:

A proposição da Lei que ora temos a elevada honra de submeter à apreciação e soberana deliberação desse esclarecido Legislativo, dispõe sobre a alienação de imóvel de domínio do Município à Empresa Indústria e Mecânica Barrefar Ltda sob a forma de negociação em pagamento, com as empresas pagando pelos mesmos, sob a forma de custeio das obras de pavimentação e rede de esgoto, tendo como valor de referência a

avaliação elaborada pela Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, de conformidade com a Lei nº 3.686/94, regulamentada pelo Decreto nº 2.479/95.

Como se vê, do art.1º, o imóvel objeto da presente negociação situam-se no Centro Industrial Coronel Jovelino Rabelo e corresponde ao lote de nº 834, quadra 075, zona 031, e lote 844, quadra 075, zona 031, com área total de 8.384,15m2, destinam-se exclusivamente às atividades da empresa.

Segundo o estatuto social da empresa beneficiada, sua atividade industrial consiste em fabricação de equipamentos para ferrovias, siderúrgicas de aço e ferro fundido, mineradoras, exportação de equipamentos ferroviários.

De acordo com as informações prestadas, a empresa donatária, gera 15 (quinze) empregos diretos, e com a expansão de sua unidade produtiva, passará a gerar 40 (quarenta) empregos diretos, tendo mão de obra qualificada, semiquificada e não qualificadas.

Nessa conformidade, tem-se que a presente negociação contribuirá para o desenvolvimento de suas atividades, haja vista ser uma empresa de pequeno porte, em fase de expansão, carente de apoio institucional para fazer cumprir seu almejado crescimento, e, em consequência, contribuir para os programas de combate ao desemprego.

Nota-se Sr. Presidente e Nobres Vereadores, que a negociação ora consignada, em termos de valores, ficará pequena em fase dos benefícios que originarão das contrapartidas da empresa.

Pela importância que representa a pretendida negociação, confia-se em que ao projeto, esse esclarecido Legislativo dará a merecida aprovação, solicitando para tanto o REGIME DE URGÊNCIA, conforme dispõe o art.50 da Lei Orgânica Municipal.

Valemo-nos da oportunidade para reiterar a V.Exa. e a seus ilustres pares os nossos protestos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Demétrius Arantes Pereira
Prefeito Municipal